



PROCESSO Nº : 193.979-3/2024

**PRINCIPAL : INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS
SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DE MATO
GROSSO**

ASSUNTO : PENSÃO

INTERESSADA : NILZE OLIVEIRA DE MORAIS

RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

RELATÓRIO

Versam os autos sobre o pedido de registro do ato e legalidade da planilha de cálculo de benefício, que se refere à concessão de pensão vitalícia à **Sra. NILZE OLIVEIRA DE MORAIS**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) 209.337.621-00, na condição de viúva, nos termos do art. 140-C da Constituição Estadual, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 92/2020, art. 16, inciso I, art. 74, inciso I, art. 77, § 2º, § 2º -B, da Lei n.º 8.213/1991, c/c o art. 1º, inciso VI, art. 2º, da Portaria ME n.º 424/2020, art. 24, §1º e §2º da EC n.º 103/2019, art. 245, inciso I, alínea “a” da Lei Complementar n.º 04/1990, com redação dada pela Lei Complementar n.º 524/2014, art. 2º caput e art. 3º da Lei Complementar n.º 721/2022, em razão do falecimento do ex-servidor **Sr. ANTONINO DE MORAIS**, em 27/7/2024¹, aposentado no cargo de Técnico Legislativo de Nível Médio, Classe “D”, Referência “MD08”.

O ato de inativação do servidor instituidor da pensão em análise foi registrado por este Tribunal por meio do Acórdão n.º 112/2009², datado de 10/2/2009, nos autos do Processo n.º 9.764-0/2008.

O Instituto Previdenciário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ISSSPL/MT), amparado pelo parecer jurídico n.º 249/2024, emitido pela Procuradoria da Assembleia Legislativa³, opinou pelo deferimento da pensão por morte, razão pela

¹Doc.551092/2024, p.3.

²Doc.551092/2024, p. 33.

³Doc.551092/2024, p.34/47.





qual foi editado o Ato n.º 1.798/2024⁴, posteriormente retificado pelo Ato n.º 504/2025⁵.

No Relatório Técnico Preliminar⁶, a unidade de instrução apontou as seguintes irregularidades: 1.1- ausência do Parecer de Controle Interno da ALMT referente à concessão do benefício da Pensão por Morte; 1.2- fundamentação do Ato de Pensão n.º 1.798/2024 equivocado; 1.3- a beneficiária declara que acumula o benefício da pensão por morte por morte concedida pela ALMT com uma aposentadoria da inatividade, porém, a declaração não informou o valor dos proventos da inatividade e tampouco o órgão responsável pelo pagamento da aposentadoria.

Após notificação do ISSSPL/MT⁷, com referência ao tópico 1.1, a defesa anexou o Parecer do Controle Interno n.º 22/2024-SCI⁸, cuja conclusão resultou no entendimento favorável à concessão da pensão por morte para a Sr.^a Nilze Oliveira de Moraes.

Com referência ao tópico 1.2, vislumbra-se a retificação em parte do Ato n.º 1.798/2024, pela emissão do Ato n.º 504/2025⁹, no que concerne à fundamentação legal e ao nome da beneficiária apontados pela equipe técnica deste Tribunal.

Quanto ao tópico 1.3, a defesa envia a cópia da Declaração de Benefícios do INSS¹⁰, de 14/8/2024, indicando a concessão do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente pelo INSS, iniciada em 29/5/2009, no valor de R\$ 2.061,44, para a Sr.^a Nilze Oliveira de Moraes. Também consta nos autos, o Termo de Opção¹¹ em que a beneficiária, para fins de acúmulo de benefícios, declara sua opção em receber o provento integral da pensão por morte da Assembleia Legislativa-MT.

No Relatório Técnico de Defesa¹², a 4ª Secex, sanou as irregularidades apontadas no Relatório Técnico Preliminar, encerrando a instrução processual e manifestou-se pelo registro de ambos os atos de concessão encartados nos presentes

⁴Doc.551092/2024, p.10.

⁵Doc.578563/2025, p. 7.

⁶Doc.562201/2025.

⁷Doc.562614/2025.

⁸Doc. 578563/2025, p.12/27.

⁹Doc.578563/2025, p.7.

¹⁰Doc. 578563/2025, p.10.

¹¹Doc. 578563/2025, p.9.

¹²Doc. 587119/2025.





autos, bem como pela legalidade da planilha de benefício.

Por sua vez, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 942/2025¹³, subscrito pelo Procurador de Contas **GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO**, em consonância com a Unidade Técnica, opinou pelo registro do Ato n.º 1.798/2024 retificado pelo Ato n.º 504/2025 e pela legalidade da planilha de benefício.

É o relatório.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 9 de abril de 2025.

*(assinatura digital)*¹⁴

CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF
Relator

¹³Doc. 587670/2025.

¹⁴Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

